

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2014	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2014	Ordinária		0,86784
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2014	Dividendo	28/08/2014	Ordinária		0,38906

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	38.060.615	33.817.503
1.01	Ativo Circulante	22.545.048	15.349.319
1.01.01	Disponibilidades	154.738	155.909
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.328.553	7.737.065
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	9.225.618	7.606.592
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	102.935	130.473
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.570.220	690.164
1.01.03.01	Carteira Própria	4.032.947	690.083
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	81
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	206.112	0
1.01.03.04	Vinculados a Copromissos de Recompra	1.331.161	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	445.918	369.442
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	58.109	1.236
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	356.821	351.120
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	28.252	14.492
1.01.04.04	Repases Interfinanceiros	1.173	1.130
1.01.04.05	Correspondentes	1.563	1.464
1.01.06	Operações de Crédito	4.699.871	4.365.875
1.01.06.01	Setor Público	153.671	158.847
1.01.06.02	Setor Privado	4.867.500	4.592.242
1.01.06.03	Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-321.300	-385.214
1.01.08	Outros Créditos	2.316.748	2.004.904
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	574.996	540.994
1.01.08.03	Rendas a Receber	11.894	9.568
1.01.08.04	Negociações e Intermediações de Valores	4	4
1.01.08.05	Diversos	1.752.729	1.471.727
1.01.08.06	Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-22.875	-17.389
1.01.09	Outros Valores e Bens	29.000	25.960
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	11.059	5.654
1.01.09.02	Provisões para Desvalorizações	-695	-695
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	18.636	21.001
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.280.196	18.232.580
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.292.151	11.313.849
1.02.02.01	Carteira Própria	7.649.629	9.547.043
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	131.319	1.126.481
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	379.536	337.967
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	131.667	302.358
1.02.03	Relações Interfinanceiras	55.509	42.634
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	151	554
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	53.598	39.254
1.02.03.03	Repases Interfinanceiros	1.760	2.826
1.02.05	Operações de Crédito	6.271.641	5.882.508
1.02.05.01	Setor Público	1.155.342	1.211.833
1.02.05.02	Setor Privado	5.620.570	5.161.846

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-504.271	-491.171
1.02.07	Outros Créditos	660.895	993.589
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.049	18.049
1.02.07.03	Diversos	689.323	1.022.017
1.02.07.04	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-46.477	-46.477
1.03	Ativo Permanente	235.371	235.604
1.03.01	Investimentos	1.862	1.825
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.165	7.128
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	218.486	220.993
1.03.02.01	Imóveis de Uso	157.972	159.881
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.628	105.410
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	253.020	235.024
1.03.02.04	Depreciação Acumulada	-300.134	-279.322
1.03.04	Intangível	14.803	12.308
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	14.803	12.308
1.03.05	Diferido	220	478
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	1.234	2.008
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.014	-1.530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	38.060.615	33.817.503
2.01	Passivo Circulante	14.685.060	13.285.888
2.01.01	Depósitos	5.810.283	5.910.777
2.01.01.01	Depósitos à Vista	236.877	244.175
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.794.956	1.872.563
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.053.922	774.655
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.724.528	3.019.384
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.474.334	1.127.212
2.01.02.01	Carteira Própria	1.330.277	1.073.895
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	144.057	53.317
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	84.360	19.488
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	57.230	9.621
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	27.130	9.867
2.01.04	Relações Interfinanceiras	37.707	1.805
2.01.04.01	Recebimento e Pagamentos a Liquidar	37.707	1.805
2.01.05	Relações Interdependências	6.774	5.409
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	6.450	5.399
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	324	10
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	864.524	777.276
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Financeiras	0	19.416
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	864.524	757.860
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	148.831	156.842
2.01.07.01	Tesouro Nacional	490	230
2.01.07.02	BNDES	120.984	132.408
2.01.07.03	FINAME	27.357	24.204
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	107.464	101.113
2.01.09	Outras Obrigações	6.150.783	5.185.966
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	978
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	31.614	1.798
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	7.082	10.830
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	36.846	61.835
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	410.039	487.475
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	91	68
2.01.09.07	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	4.006.854	3.103.568
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	60.736	78.471
2.01.09.09	Diversas	1.597.521	1.440.943
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	19.975.541	17.491.785
2.02.01	Depósitos	5.647.939	5.080.669
2.02.01.01	Depósitos à Vista	0	8.819
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	238.681	102.711
2.02.01.03	Depósito a Prazo	5.409.258	4.969.139
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	130.632	50.383
2.02.02.01	Carteira Própria	130.632	50.383
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.524.872	1.467.778

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.524.872	1.467.778
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.507.197	1.549.999
2.02.07.01	Tesouro Nacional	161	468
2.02.07.02	BNDES	1.364.289	1.395.929
2.02.07.03	FINAME	142.747	153.602
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	711.509	745.417
2.02.09	Outras Obrigações	10.453.392	8.597.539
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	416
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	5.721.488	3.983.648
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.249.016	1.194.110
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.565.174	1.455.982
2.02.09.05	Diversas	1.917.714	1.963.383
2.05	Patrimônio Líquido	3.400.014	3.039.830
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.437.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	19.975	20.610
2.05.03.01	Ativos Próprios	19.975	20.610
2.05.04	Reservas de Lucro	374.592	590.265
2.05.04.01	Legal	164.372	148.072
2.05.04.02	Estatutária	201.398	427.203
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	8.822	14.990
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	0	-384
2.05.04.07.02	Reserva Especiais de Lucros Outros	8.822	15.374
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	130.585	-8.045
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	130.585	-8.045
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.862	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.246.518	3.002.289	895.250	2.585.668
3.01.01	Operações de Crédito	441.937	1.229.691	427.713	1.283.243
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	607.709	1.630.766	416.587	1.103.048
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	122.908	10.948	25.817	77.037
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	67.392	98.321	19.547	102.716
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	6.572	30.308	4.751	13.498
3.01.06	Operações de Vendas ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	2.255	835	6.126
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.008.574	-2.193.846	-555.805	-1.909.602
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-438.428	-963.806	-272.480	-754.724
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-441.106	-896.945	-182.282	-657.805
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-129.040	-333.095	-101.043	-497.073
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	237.944	808.443	339.445	676.066
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-39.611	-106.146	-105.458	-255.808
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	456.576	1.395.041	359.898	1.204.707
3.04.02	Despesas de Pessoal	-348.903	-1.110.370	-310.864	-910.801
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-235.940	-660.390	-209.020	-593.448
3.04.04	Despesas Tributárias	-54.329	-176.284	-56.624	-163.188
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	358.320	1.179.847	307.022	1.026.847
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-215.335	-733.990	-195.870	-819.925
3.05	Resultado Operacional	198.333	702.297	233.987	420.258
3.06	Resultado Não Operacional	3.668	4.509	-277	-194
3.06.01	Receitas	3.946	5.725	1.454	2.253
3.06.02	Despesas	-278	-1.216	-1.731	-2.447
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	202.001	706.806	233.710	420.064
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-62.670	-180.347	-64.939	-281.574
3.09	IR Diferido	-22.533	-34.819	-63.383	181.008
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-13.759	-62.589	-1.693	-15.775

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.10.01	Participações	-13.759	-62.589	-1.693	-15.775
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	103.039	429.051	103.695	303.723
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,19298	4,96748	1,19201	3,49139

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	103.039	429.051	103.695	303.723
4.02	Outros Resultados Abrangentes	179.005	139.265	-32.197	-270.689
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-2.320	-78.697	-138.931	-475.336
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	928	31.479	55.572	190.134
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	968	1.716	956	2.868
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	105	-1.081	-382	-1.147
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	179.324	185.848	50.588	12.792
4.03	Resultado Abrangente do Período	282.044	568.316	71.498	33.034

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.414.901	2.582.198
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.260.959	1.446.920
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	429.051	303.723
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	27.889	26.166
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	0	-37
6.01.01.04	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	316.223	482.093
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	16.872	14.980
6.01.01.06	Provisão para Passivos Contingentes (Risco do FNE)	310.190	495.493
6.01.01.07	Provisão para Passivos Contingentes	52.258	31.956
6.01.01.08	Provisão Benefícios Pós Emprego	96.402	112.287
6.01.01.09	Despesas de Outras Provisões Operacionais	10.716	5.250
6.01.01.10	Reversão de Provisões Operacionais	-38.504	-14.995
6.01.01.11	Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	109.193	90.032
6.01.01.12	Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	118.540	102.125
6.01.01.13	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-149.611	-202.153
6.01.01.14	Ajustes de Exercícios Anteriores	-38.260	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.153.942	1.135.278
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-63.200	-2.586
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-52.084	-34.123
6.01.02.03	Operações de Crédito	-1.039.352	-138.066
6.01.02.04	Outros Créditos	130.239	108.544
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	2.247	-6.666
6.01.02.06	Depósitos	466.776	1.113.598
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	427.371	290.924
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	121.966	67.021
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.878	122.310
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	-42.882	-96.324
6.01.02.11	Outras Obrigações	2.357.150	67.666
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-163.167	-357.020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.711.184	-677.800
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-1.864.089	-631.014
6.02.02	Ganhos e Perdas Atuariais	185.848	12.792
6.02.03	Inversões em Investimentos	-37	-80
6.02.04	Inversões em Imobilizado de Uso	-25.785	-52.136
6.02.05	Inversões em Intangível	-2.495	-7.996
6.02.06	Inversões em Bens não de Uso Próprio	-5.390	-333
6.02.08	Alienação de Imobilizado de Uso	661	610
6.02.09	Alienação de Bens não de Uso Próprio	103	357
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-176.600	-241.890
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-157.466	-241.890
6.03.02	Ações em Tesouraria	-19.134	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.527.117	1.662.508
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.709.183	6.484.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.236.300	8.146.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-38.260	0	-38.260
5.03	Saldo Ajustado	2.437.000	0	20.610	590.649	-38.260	-8.429	3.001.570
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	429.051	0	429.051
5.05	Destinações	0	0	0	210.461	-360.072	0	-149.611
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-2.694	0	-2.694
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-100.300	0	-100.300
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	210.461	-257.078	0	-46.617
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	16.301	-16.301	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	200.713	-200.713	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP)	0	0	0	31.242	-31.242	0	0
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos e aprovados	0	0	0	-37.795	-8.822	0	-46.617
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-635	-19.518	143	139.014	119.004
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-47.218	-47.218
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-635	0	143	0	-492
5.07.06	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	0	0	-19.518	0	384	-19.134
5.07.07	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	185.848	185.848
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	19.975	374.592	30.862	130.585	3.400.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.142.000	0	22.904	425.494	0	93.353	2.683.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	312.129	-312.129	0
5.03	Saldo Ajustado	2.142.000	0	22.904	425.494	312.129	-218.776	2.683.751
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	303.723	0	303.723
5.05	Destinações	0	0	0	345.751	-547.904	0	-202.153
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-83.821	0	-83.821
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-67.800	0	-67.800
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	345.751	-396.283	0	-50.532
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	10.001	-10.001	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	327.042	-327.042	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP)	0	0	0	8.708	-59.143	0	-50.435
5.05.03.04	Provisão de IR sobre JCP	0	0	0	0	-97	0	-97
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.721	0	1.721	-272.410	-272.410
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-285.202	-285.202
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.721	0	1.721	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	12.792	12.792
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.437.000	0	21.183	476.245	69.669	-491.186	2.512.911

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	4.514.601	3.500.031
7.01.01	Intermediação Financeira	3.002.289	2.585.668
7.01.02	Prestação de Serviços	1.395.041	1.204.707
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-333.095	-497.073
7.01.04	Outras	450.366	206.729
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.860.751	-1.412.529
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-615.285	-554.539
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-47.443	-50.340
7.03.02	Serviços de Terceiros	-315.999	-283.423
7.03.04	Outros	-251.843	-220.776
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-127.451	-120.528
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-28.498	-16.319
7.03.04.03	Transportes	-15.808	-13.940
7.03.04.04	Segurança	-26.037	-21.130
7.03.04.05	Viagens	-14.827	-10.848
7.03.04.06	Outras	-39.222	-38.011
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.038.565	1.532.963
7.05	Retenções	-27.889	-26.166
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.889	-26.166
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.010.676	1.506.797
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.010.676	1.506.797
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.010.676	1.506.797
7.09.01	Pessoal	1.027.014	800.574
7.09.01.01	Remuneração Direta	766.327	551.836
7.09.01.02	Benefícios	215.038	208.146
7.09.01.03	F.G.T.S.	45.649	40.592
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	537.395	389.757
7.09.02.01	Federais	521.536	377.153
7.09.02.02	Estaduais	74	62
7.09.02.03	Municipais	15.785	12.542
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.216	12.743
7.09.03.01	Aluguéis	17.216	12.743
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	429.051	303.723
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	109.122	101.206
7.09.04.02	Dividendos	33.936	108.460
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	285.993	94.057

Comentário do Desempenho

No terceiro trimestre de 2014, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou o valor de R\$ 8,0 bilhões, envolvendo 1.185.733 operações de empréstimos e financiamentos, representando crescimento de 13,0% na quantidade de operações e de 70,4% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2013. Manter a liderança em microfinança e agricultura familiar e ser o principal banco das MPEs da Região Nordeste são dois dos objetivos estratégicos definidos para 2014. Dessa forma, o BNB continua apoiando o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Banco do Nordeste assina convênio com Agência de Fomento do Rio de Janeiro - Os presidentes do Banco do Nordeste e da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) assinaram convênio que vai beneficiar as operações as quais os financiados ofereçam como garantia para tomar crédito, os chamados recebíveis (que representam o crédito que a empresa tem para receber de seus devedores). O convênio vai permitir que a garantia de recebíveis seja operacionalizada com mais eficiência pela AgeRio. Quando o cliente da agência apresentar os recebíveis como garantia para tomar crédito, será possível que ele abra conta corrente na agência do BNB do Rio de Janeiro, para que nela sejam depositados os recebíveis oferecidos como garantia para a operação. Dessa forma, as duas instituições são beneficiadas: a AgeRio, por operacionalizar as garantias de recebíveis, e o BNB, pela possibilidade de aumento do número de clientes.

BNB e BNDES reúnem-se para reafirmar parceria - Dirigentes e executivos do Banco do Nordeste e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reuniram-se na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, para aperfeiçoar a colaboração entre as duas instituições. Tratou-se da administração dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs) pelo BNB, dos Editais de Cultura, de questões relacionadas ao desenvolvimento regional e de operações compartilhadas. O aumento da participação do BNB no FIP Nordeste já foi aprovado, estando agora em questão a participação do BNDES em novo FIP, administrado e gerido pelo BNB. Além disso, houve proposta de participação do BNDES no edital de cultura do Banco do Nordeste com aporte de R\$ 6 milhões. No campo do desenvolvimento regional, os temas em pauta incluíram o aumento da participação do BNDES no programa de microcrédito Crediamigo de R\$ 50 milhões para R\$ 150 milhões. Sobre operações compartilhadas, discutiram-se temas como a participação do Banco do Nordeste nas operações do Cartão BNDES; o compartilhamento de risco em grandes projetos; o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI); a metodologia de análise de projetos e o treinamento para o produto BNDES Automático.

Banco do Nordeste e Sebrae reforçam ações integradas de apoio às MPEs - O Banco do Nordeste e a Associação Brasileira dos Sebraes Estaduais (Abase), assinaram Protocolo de Intenções a fim de promoverem iniciativas complementares e fortalecer a parceria, visando ao apoio técnico e financeiro às Micro e Pequenas Empresas da região Nordeste. Por meio da parceria com o Sebrae, tem-se acesso a uma clientela qualificada, que passa por treinamentos em gestão, finanças, planejamento estratégico, marketing e inovação, firmando acordos em âmbito estadual e realizando ações

Comentário do Desempenho

integradas vinculadas ao fomento e estímulo à expansão do segmento de MPE. A reunião foi oportuna também para que os representantes das duas entidades debatessem as recentes alterações que vem sendo introduzidas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC 123/2006), em especial nos dispositivos que tratam da universalização dos tributos pagos pelas MPEs, que eleva o público alvo de beneficiários da lei gerando oportunidades de novos negócios no segmento.

Superintendência do Ceará e Federação das Indústrias celebram acordo de cooperação técnica - Firmar um compromisso no intuito de ampliar o acesso ao crédito e promover ações conjuntas para fortalecer a capacidade empresarial e a competitividade das indústrias cearenses. Esse é objetivo que motivou o Banco do Nordeste e a Federação das Indústrias do Estado do Ceará a celebrarem um acordo de cooperação técnica. O BNB implementou instrumentos de modernização e celeridade tanto do processo de concessão de crédito, quanto de renegociação de dívidas. Como exemplo, hoje é possível realizar a avaliação para concessão de crédito no valor de até R\$ 10 milhões, através da ferramenta *Credit Scoring*. A parceria une o BNB, principal instituição financeira de fomento ao desenvolvimento sustentável na região Nordeste, à FIEC, importante entidade representativa empresarial, que atua no estímulo à realização do investimento produtivo, em particular de micro, pequenas e médias empresas. A tática para executar o acordo firmado será a realização de rodadas de negócios setoriais, tendo como exemplo o modelo adotado na parceria preexistente entre o Banco do Nordeste e um dos sindicatos associados à FIEC – o Sindicato das Indústrias Químicas, Farmacêuticas e da Destilação e Refinação de Petróleo do Estado do Ceará (Sindiquímica).

FATOS ADMINISTRATIVOS

Presidente Dilma Rousseff nomeia Nelson Antonio de Sousa - A presidenta Dilma Rousseff efetivou Nelson Antônio de Souza na presidência do Banco do Nordeste. Nelson Antônio de Souza, que presidia interinamente o Banco desde 3 de abril último, está no Banco do Nordeste desde julho de 2012, quando assumiu a Diretoria de Estratégia, Administração e TI, sendo responsável pelas áreas de Estratégia, Arquitetura Organizacional, Marketing e Comunicação, Logística, Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação. Ele é funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal, onde exerceu funções estratégicas, como superintendente Nacional do FGTS, chefe de Gabinete da Presidência e diretor executivo de Gestão de Pessoas. É formado em Letras e Psicologia e tem MBA em *Marketing* pelo Instituto de Estudos Empresarias do Rio de Janeiro.

Microcrédito do Banco do Nordeste é tema da imprensa internacional - Clientes dos programas de microcrédito rural e urbano, respectivamente Agroamigo e Crediamigo, foram entrevistados pela jornalista internacional Celeste Jones, da agência de notícias francesa AFP. Ela esteve em Fortaleza e visitou a sede do Banco do Nordeste. A matéria, que será veiculada em várias redes de televisão, tem como foco os benefícios gerados pela realização da Copa do Mundo de Futebol, principalmente junto aos empreendedores.

Banco do Nordeste disponibiliza máquinas de cartões para clientes de pequeno porte - Clientes dos segmentos MPE/Empresarial e Microfinança Urbana (Crediamigo) já podem efetuar suas vendas por meio de cartões de crédito e débito. A medida deve-se à parceria firmada entre o Banco do Nordeste e as empresas Global Payments e

Comentário do Desempenho

Nexx pago, que disponibiliza máquinas desenvolvidas especialmente para este fim. O lançamento aconteceu no Hotel Gran Marquise, em Fortaleza (CE), com a presença de representantes de entidades empresariais e do comércio varejista, dos setores envolvidos, de parceiros institucionais e ainda de clientes do Banco do Nordeste. “A parceria permitirá ao cliente do Banco aceitar cartões de crédito e débito, além de poder fazer vendas parceladas, o que representa facilidade no pagamento. Essas máquinas também oferecem segurança, mobilidade e, com certeza, irão gerar aumento das vendas”, afirmou o presidente do Banco do Nordeste. A Global Payments é uma das 3 maiores processadoras de pagamentos do mundo e está presente em 26 países. A Nexx pago é uma das empresas do Grupo Nexxera, que tem parceria com grandes empresas brasileiras.

Nomeados três novos diretores do Banco do Nordeste - Isaias Matos Dantas, Francisco das Chagas Soares e Romildo Carneiro Rolim, funcionários de carreira do Banco do Nordeste, foram nomeados diretores da Instituição. Eles exercerão, respectivamente, as diretorias de Administração e TI e a de Desenvolvimento Sustentável. Isaias Matos Dantas ingressou no Banco em 1976, já tendo exercido as funções de superintendente estadual do Piauí, Ceará, Maranhão, assim como a de gerente de agências em Salvador, Maceió e Fortaleza. Até a nomeação, presidia a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef). Francisco das Chagas Soares é funcionário do Banco do Nordeste desde 1969. Estava cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde ocupava o cargo de diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A (Adece). Romildo Carneiro Rolim, funcionário com mais de 20 anos de carreira, já exerceu a função de superintendente de Operações Financeiras e Mercado de Capitais e da área de Reestruturação de Ativos.

Empresa apoiada pelo Fundo Criatec obtém 1º lugar no ranking da Revista Exame PME - Empresa apoiada pelo Fundo Criatec, a Welle Tecnologia Laser ficou na primeira colocação no ranking de Pequenas e Médias Empresas (PME's) que mais cresceram nos últimos três anos, elaborado pela revista Exame PME e consultoria Deloitte. Outras quatro empresas do Fundo também foram reconhecidas pelo prêmio: Geofusion (20º), Cianet (53º), RPH (75º) e Imeve (112º). A Welle é especializada na manufatura de máquinas e equipamentos para marcação a laser, gravação a laser e micro usinagem. O Criatec é um fundo de capital semente, parceria entre o Banco do Nordeste e o BNDES, destinado à aplicação em empresas emergentes inovadoras. Tem como objetivo obter ganhos de capital e outros rendimentos, por meio de investimentos de longo prazo em companhias em estágio inicial que projetem um elevado retorno, nos setores de tecnologia da informação, biotecnologia, novos materiais, nanotecnologia e agronegócios, provendo-lhes um adequado apoio gerencial. O Fundo foi constituído com um patrimônio inicial de R\$ 100 milhões, tem prazo de duração de 10 anos e aportou recursos em 36 empresas, das 1.722 oportunidades de investimento analisadas.

Banco do Nordeste inaugura novas agências - No terceiro trimestre de 2014 o Banco do Nordeste inaugurou 10 novas agências. As novas unidades operacionais que irão melhorar a presença da instituição na sua área de atuação estão localizadas nos estados da Bahia nas cidades de Dias D'Ávila e Catu, no Ceará em Fortaleza e no município de Eusébio, no Maranhão nas cidades de Colinas, Viana e São João dos Patos, na Paraíba em Picuí e no estado de Pernambuco em Escada e Cabo de Santo Agostinho.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o montante de R\$ 8,0 bilhões no terceiro trimestre de 2014, envolvendo 1.185.733 operações de empréstimos e financiamentos, representando crescimento de 13,0% na quantidade de operações e de 70,4% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2013.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maior parte, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que teve contratado o valor total de R\$ 4,7 bilhões com 132.348 operações, significando crescimento de 103,3% no valor contratado e redução de 2,0% na quantidade de operações em relação ao terceiro trimestre de 2013.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou no terceiro trimestre de 2014, aproximadamente, R\$ 1,7 bilhão em 947.434 operações com os microempreendedores de toda a sua área de atuação. No terceiro trimestre de 2013 foi desembolsado o valor de R\$ 1,4 bilhão, com a contratação de 840.941 operações. Comparando-se os dois períodos, o BNB apresentou um crescimento de 23,4% no valor desembolsado e de 12,7% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 121.952 operações de financiamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 606,4 milhões, o que representa um crescimento de 14,6% no valor contratado e redução de 3,0% na quantidade de operações com relação ao terceiro trimestre de 2013.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foram contratadas 114.716 operações com agricultores familiares, correspondendo ao montante de R\$ 445,3 milhões no terceiro trimestre de 2014 - crescimento de 33,1% no valor contratado e de 3,8% na quantidade de operações em comparação com o terceiro trimestre de 2013.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi contratado o montante de R\$ 2,2 bilhões (1.062.150 operações) em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação, representando um crescimento de 25,2% no valor e de 11,6% na quantidade de operações comparativamente a igual período de 2013.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou 60.946 operações no montante de R\$ 865,8 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2014, representando aumento de 280,8% na quantidade de operações contratadas e de 23,9% no valor contratado.

Quanto ao resultado financeiro, o lucro líquido do BNB foi de R\$ 103,0 milhões no terceiro trimestre de 2014, resultado 0,7% menor que o do terceiro trimestre de 2013, quando o Banco apresentava lucro de R\$ 103,7 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de

Comentário do Desempenho

14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no terceiro trimestre de 2014, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Trimestres findos em 30 de Setembro de 2014 e de 2013****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

Notas Explicativas

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas do Ativo contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logícias adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.c).

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de hedge. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado sobre as receitas de serviços à alíquota de 5%.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido do passivo, são reconhecidos em “Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

O benefício pós-emprego referente ao seguro de vida em grupo, mantido pelo Banco para seus funcionários e aposentados, na posição 30.09.2014, é de:

Especificação	Valor
Passivo Atuarial em 31.12.2013 ⁽¹⁾	(38.260)
Custo do Serviço Corrente Líquido e Juros Líquidos no período	(2.201)
Contribuições do Patrocinador no período	1.745
Ganhos atuariais no período	2.835
Passivo Atuarial em 30.09.2014	(35.881)

⁽¹⁾ Valor reconhecido em “Lucros ou Prejuízos Acumulados” na forma da Nota 19.d.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

Notas Explicativas

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

p) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.09.2014 e 30.09.2013.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.09.2014			01.01 a 30.09.2013		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.631.412	1.555.232	4.186.644	2.388.002	1.224.320	3.612.322
Receitas de Operações de Crédito	1.229.691	-	1.229.691	1.283.243	-	1.283.243
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	876.424	754.342	1.630.766	621.149	481.899	1.103.048
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	10.948	-	10.948	77.037	-	77.037
Resultado de Operações de Câmbio	98.321	-	98.321	102.716	-	102.716
Resultado de Aplicações Compulsórias	30.308	-	30.308	13.498	-	13.498
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	2.255	-	2.255	6.126	-	6.126
Outras Receitas	383.465	800.890	1.184.355	284.233	742.421	1.026.654
Despesas	(1.475.515)	(1.033.930)	(2.509.445)	(1.455.166)	(958.388)	(2.413.554)
Despesas de Captação no Mercado	(963.806)	-	(963.806)	(754.724)	-	(754.724)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(176.552)	(720.393)	(896.945)	(197.597)	(460.208)	(657.805)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(333.095)	(310.190)	(643.285)	(497.073)	(495.493)	(992.566)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(2.062)	(2.859)	(4.921)	(5.772)	(2.388)	(8.160)
Provisão Proagro a Receber	-	(488)	(488)	-	(299)	(299)
Margem Financeira	1.155.897	521.302	1.677.199	932.836	265.932	1.198.768
Rendas de Prestação de Serviços	269.488	1.099.339	1.368.827	214.948	966.235	1.181.183
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	26.214	-	26.214	23.524	-	23.524
Pasep e Cofins	(65.883)	(93.510)	(159.393)	(67.042)	(82.831)	(149.873)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.385.716	1.527.131	2.912.847	1.104.266	1.149.336	2.253.602
Despesas Administrativas			(1.770.760)			(1.504.249)
Despesas de Pessoal			(1.110.370)			(910.801)
Depreciação e Amortização			(27.889)			(26.166)
Outras Despesas Administrativas			(632.501)			(567.282)
Outras Despesas ⁽¹⁾			(377.228)			(300.243)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(58.053)			(29.046)
Lucro antes da Tributação e Participações			706.806			420.064
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(215.166)			(100.566)
Participações no Lucro			(62.589)			(15.775)
Lucro Líquido			429.051			303.723

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 24 (R\$ 15 em 30.09.2013) compõem o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas**NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Disponibilidades em Moeda Nacional	152.456	153.121
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	2.282	2.788
Total da Disponibilidade de Caixa	154.738	155.909
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.081.562	7.553.274
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 27.c)	9.236.300	7.709.183

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição**

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
a) Aplicações no Mercado Aberto	9.225.618	7.606.592
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	9.081.561	7.553.274
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	144.057	53.318
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	102.935	130.473
Aplicações em Moeda Estrangeira	28.718	46.764
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	74.217	83.709
Total	9.328.553	7.737.065
Saldo de Curto Prazo	9.328.553	7.737.065

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	650.616	419.038
Posição Bancada	635.080	413.748
Posição Financiada	15.536	5.290
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	8.305	3.357
Total	658.921	422.395

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Títulos Disponíveis para Venda	13.329.223	11.642.248
Títulos Mantidos até o Vencimento	153.612	23.717
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	379.536	338.048
Total	13.862.371	12.004.013
Saldo de Curto Prazo	5.570.220	690.164
Saldo de Longo Prazo	8.292.151	11.313.849

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.09.2014				31.12.2013			
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	13.460.881	12.980.179	(480.702)		11.612.627	11.190.805	(421.822)	
Letras Financeiras do Tesouro	9.585.525	9.585.713	188	2015 a 2020	8.277.985	8.281.099	3.114	2014 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-		12	12	-	2014
Notas do Tesouro Nacional	1.259.912	1.207.496	(52.416)	2050	1.219.825	1.115.050	(104.775)	2050
Letras Financeiras	1.856.670	1.796.518	(60.152)	2015 a 2019	1.333.889	1.294.421	(39.468)	2014 a 2019
Debêntures	724.670	384.313	(340.357)	2016 a 2035	747.118	495.281	(251.837)	2014 a 2019
Títulos Públicos Federais – FCVS	5.963	5.949	(14)	2027	6.288	4.747	(1.541)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	27.875	-	(27.875)	1993	27.248	-	(27.248)	1993
Títulos da Dívida Agrária	266	190	(76)	2014 a 2022	262	195	(67)	2014 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	3.089	1.682	(1.407)		10.360	8.983	(1.377)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.407	-	(1.407)	Sem Vencimento	1.377	-	(1.377)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	-	-	-		7.286	7.286	-	2014
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	1.356	1.356	-	2100	1.403	1.403	-	2100
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	308	308	-	Sem Vencimento	251	251	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	18	18	-	Sem Vencimento	43	43	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	16.404	9.583	(6.821)		140.298	140.102	(196)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	163	148	(15)	Sem Vencimento	350	148	(202)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	16.241	9.435	(6.806)	Sem Vencimento	139.948	139.954	6	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	351.524	337.779	(13.745)		302.941	302.358	(583)	
Letras Financeiras do Tesouro	335.870	335.881	11	2015 a 2020	302.151	302.281	130	2015 a 2018
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	706	-	(706)		690	-	(690)	1993
Títulos Públicos Federais – Outros	95	95	-	1993 a 2027	100	77	(23)	2027
Debêntures	14.853	1.803	(13.050)	2035				
Total da Categoria	13.831.898	13.329.223	(502.675)		12.066.226	11.642.248	(423.978)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	204.736		-	-	209.602	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(3.666)		-	-	(40.011)	-
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	(301.605)		-	-	(254.387)	-

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 173.417 (R\$ 160.763 em 31.12.2013); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.959 (R\$ 1.816 em 31.12.2013); Garantias em Processos Judiciais R\$ 144.566 (R\$ 123.245 em 31.12.2013); e Demais Garantias R\$ 17.836 (R\$ 16.534 em 31.12.2013).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$(502.675) (R\$ (423.978) em 31.12.2013). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (301.605) (R\$ (254.387) em 31.12.2013).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.09.2014			31.12.2013		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	153.612	100.376		23.717	23.710	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	3.010	3.010	2015	2.020	2.020	2015
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	131.530	78.294	2014 a 2030	102	95	2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	10.629	10.629	2017	12.579	12.579	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	306	306	2023	860	860	2023
FIP Brasil Agronegócios	8.137	8.137	2018	8.156	8.156	2018
Total da Categoria	153.612	100.376		23.717	23.710	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 3º trimestre de 2014 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Os Fundos de Investimento classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento possuem prazos de vencimento conforme registrado na tabela acima.

a.6) Declaramos que o Banco tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os Títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	650.616	419.038
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	8.305	3.357
Títulos de Renda Fixa	971.206	673.236
Títulos de Renda Variável	639	7.417
Total	1.630.766	1.103.048

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2014, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.09.2014								
Especificação	Vr. Nocional	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	379.536	-	342.829	-	36.707	-	36.707
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	379.536	-	342.829	-	36.707	-	36.707
Crédito Tributário (Nota 21.b)								-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								14.683

Composição em 31.12.2013								
Especificação	Vr. Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	335.847	-	317.087	-	18.760	-	18.760
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	69.654	2.201	1.394	-	1.973	2.829	50	2.779
Total	1.157.289	338.048	1.394	317.087	1.973	21.589	50	21.539
Crédito Tributário (Nota 21.b)								20
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								8.636

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2014		31.12.2013	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	322
3 a 12 meses	-	-	81	656
1 a 3 anos	222.082	-	206.512	416
3 a 5 anos	157.454	-	216	-
5 a 15 anos	-	-	131.239	-
Total	379.536	-	338.048	1.394

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.09.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumento de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.481.836	1.139.006	1.548.179	1.168.642	36.707
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.494.339		1.548.611		54.272
Crédito Tributário (Nota 21.b)					21.709

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 3.391, sobre os juros da operação

Especificação	31.12.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumento de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.420.740	1.103.652	1.476.038	1.140.190	18.760
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.414.194		1.476.412		62.218
Crédito Tributário (Nota 21.b)					24.887

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.233, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do semestre.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
<i>Swap</i>	10.948	77.037
Total	10.948	77.037

Notas Explicativas

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2014			31.12.2013		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	318.896	-	318.896	312.541	-	312.541
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	37.925	-	37.925	38.579	-	38.579
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	66.203	(12.605)	53.598	63.321	(24.067)	39.254
Tesouro Nacional - Crédito Rural	28.916	(513)	28.403	15.524	(478)	15.046
Total	451.940	(13.118)	438.822	429.965	(24.545)	405.420
Saldo de Curto Prazo	385.586	(513)	385.073	366.090	(478)	365.612
Saldo de Longo Prazo	66.354	(12.605)	53.749	63.875	(24.067)	39.808

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	15.925	11.841
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.882	2.368
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	39	181
Valorização/(Desvalorização) de Créditos Vinculados	11.462	(892)
Total	30.308	13.498

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.09.2014		31.12.2013	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.797.083	(825.571)	11.124.768	(876.385)
Curto Prazo	5.021.171	(321.300)	4.751.089	(385.214)
Longo Prazo	6.775.912	(504.271)	6.373.679	(491.171)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	542.853	(22.875)	552.814	(17.389)
Curto Prazo	536.852	(22.875)	508.210	(17.389)
Longo Prazo	6.001	-	44.604	-
Total	12.339.936	(848.446)	11.677.582	(893.774)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Adiantamentos a Depositantes	2.033	89
Empréstimos	5.078.451	4.962.233
Títulos Descontados	61.245	54.190
Financiamentos	2.088.458	2.093.478
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	325.085	236.532
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	390.597	384.355
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.612.395	1.620.354
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.238.576	1.773.294
Subtotal de Operações de Crédito	11.797.083	11.124.768
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.967	11.181
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.905	6.357
Títulos e Créditos a Receber	23.648	7.002
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	498.333	473.046
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	55.228
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	542.853	552.814
Total	12.339.936	11.677.582

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como “Outras Obrigações/Carteira de Câmbio”.

Notas Explicativas

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Empréstimos e Títulos Descontados	641.182	639.569
Financiamentos	402.385	426.804
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	103.636	113.867
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	82.102	102.449
Outros Valores	386	554
Total	1.229.691	1.283.243

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2014	Total em 31.12.2013
Rural	1.794	1.919	6.764	6.469	38.767	1.519.075	1.574.788	1.574.065
Indústria	88.482	74.401	81.862	183.901	296.208	1.925.306	2.650.160	2.138.343
Governo	11.170	11.170	11.170	53.061	67.100	1.155.342	1.309.013	1.370.680
Outros Serviços	203.048	90.180	159.728	204.091	341.452	1.497.710	2.496.209	4.471.758
Comércio	659.793	561.713	534.889	810.891	690.958	443.061	3.701.305	1.426.556
Intermediários Financeiros	21	20	21	62	128	667	919	85.212
Habitação	-	-	-	2	3	236	241	4.337
Pessoas Físicas	9.835	5.222	4.208	11.987	2.436	1.841	35.529	33.699
Total	974.143	744.625	798.642	1.270.464	1.437.052	6.543.238	11.768.164	11.104.650

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.09.2014	Total em 31.12.2013
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	320	107	92	308	984	16.660	18.471	10.025
Indústria	2.924	2.447	2.872	7.520	10.773	32.747	59.283	74.742
Outros Serviços	4.239	4.788	4.146	10.360	14.602	46.191	84.326	218.122
Comércio	10.287	8.907	8.311	17.546	46.256	107.363	198.670	67.818
Intermediários Financeiros	10	10	10	29	58	403	520	-
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	14
Pessoas Físicas	776	616	752	1.052	1.176	2.968	7.340	11.269
Total	18.556	16.875	16.183	36.815	73.849	206.332	368.610	381.990

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 30.09.2014	Total em 31.12.2013
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Rural	34	371	321	330	1.257	1.596	30.914	34.823
Indústria	732	2.096	4.019	2.282	5.657	7.663	303	22.752
Outros Serviços	1.408	3.138	5.228	5.328	19.160	5.682	415	40.359
Comércio	2.082	10.044	11.928	11.323	40.607	21.059	694	97.737
Intermediários Financeiros	-	-	-	5	18	-	-	23
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	30
Pessoas Físicas	8	290	732	728	1.763	3.930	17	7.468
Total	4.264	15.939	22.228	19.996	68.462	39.930	32.343	203.162

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2014				31.12.2013			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.617.216	-	4.617.216	-	3.956.011	-	3.956.011	-
A	4.130.347	-	4.130.347	20.652	4.146.203	-	4.146.203	20.731
B	2.045.568	27.281	2.072.849	20.728	1.979.895	26.162	2.006.057	20.061
C	103.187	29.946	133.133	3.994	364.117	25.798	389.915	11.697
D	242.345	136.990	379.335	37.933	68.107	20.190	88.297	8.830
E	162.606	41.977	204.583	61.375	133.034	133.034	266.068	79.820
F	37.509	68.939	106.448	53.224	20.924	38.427	59.351	29.676
G	93.339	58.284	151.623	106.138	119.494	22.908	142.402	99.681
H	336.047	208.355	544.402	544.402	316.865	306.413	623.278	623.278
Total	11.768.164	571.772	12.339.936	848.446	11.104.650	572.932	11.677.582	893.774

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Notas Explicativas

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	893.774	832.982
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	333.095	700.422
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(378.423)	(639.630)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	848.446	893.774
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.477	46.569
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	307	431
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(307)	(523)
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.477	46.477
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	894.923	940.251

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	316.223	482.093
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	16.872	14.943
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	333.095	497.036
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	25	131
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(25)	(94)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	333.095	497.073

f) Até o 3º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 82.103 (R\$ 102.449 em 30.09.2013) e as renegociações importaram em R\$ 531.133 (R\$ 682.075 em 30.09.2013).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.09.2014, um efeito positivo no valor de R\$ 51.383 (R\$ 84.612 em 30.09.2013), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Efetivação de Rendas	22.360	33.116
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	13.551	15.283
Despesas com Deságios	(74)	(3.972)
Efeito Líquido de Provisões	15.546	40.185
Total	51.383	84.612

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	-
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	574.996	540.994
c) Rendas a Receber	29.943	27.617
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.442.052	2.493.744
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.001.134	1.032.755
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	226.445	234.509
Devedores por Depósitos em Garantia	703.987	664.381
Impostos e Contribuições a Compensar	152.727	243.490
Decorrentes de Antecipação (Nota 21.a.2)	141.397	223.033
Outros Valores	11.330	20.457
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	23.648	7.002
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	55.228
Adiantamentos e Antecipações Salariais	24.926	2.694
Pagamentos a Ressarcir	10.532	8.931
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	2.743	9.705
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	13.682	20.133
STN - Equalização de Encargos Financeiros do Crediamigo	161.587	56.943
Outros Valores	93.893	131.225
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(69.352)	(63.866)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(22.875)	(17.389)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.477)	(46.477)
Total	2.977.643	2.998.493
Saldo de Curto Prazo	2.316.748	2.004.904
Saldo de Longo Prazo	660.895	993.589

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Ativo – Outros Créditos	574.996	540.994
Câmbio Comprado a Liquidar	555.114	520.631
Direitos sobre Vendas de Câmbio	5.647	10.057
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(732)	(875)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.967	11.181
Ativo Circulante (Nota 10.b)	574.996	540.994
Passivo – Outras Obrigações	7.082	10.830
Obrigações por Compras de Câmbio	499.768	473.873
Câmbio Vendido a Liquidar	5.646	10.003
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(498.333)	(473.046)
Outros Valores	1	-
Passivo Circulante (Nota 16.b)	7.082	10.830

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01. a 30.09.2014	01.01. a 30.09.2013
Rendas de Câmbio	98.616	103.118
Despesas de Câmbio	(295)	(402)
Total	98.321	102.716

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014			30.09.2014		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	945	(293)	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.173	37	-	1.210	1.210	-	1.210
Total	1.825	37	-	1.862	2.155	(293)	1.862

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014			30.09.2014				
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽²⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment ⁽²⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	103.564	309	-	(8.452)	95.421	248.575	(153.154)	-	95.421
Sistema de Processamento de Dados	48.642	18.545	(247)	(12.167)	54.773	124.336	(69.563)	-	54.773
Móveis e Equipamentos de Uso	28.455	3.674	(375)	(4.003)	27.751	66.799	(39.048)	-	27.751
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	6.577	903	-	(1.128)	6.352	18.949	(12.597)	-	6.352
Sistema de Comunicação	90	8	(5)	(15)	78	378	(300)	-	78
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	6.288	1.205	-	-	7.493	7.493	-	-	7.493
Sistema de Segurança	9.680	1.140	(34)	(1.208)	9.578	18.944	(9.366)	-	9.578
Sistema de Transporte	672	1	-	(658)	15	16.121	(16.106)	-	15
Total	220.993	25.785	(661)	(27.631)	218.486	518.620	(300.134)	-	218.486

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014			30.09.2014				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	478	-	-	(258)	220	1.234	(1.014)	-	220
Total	478	-	-	(258)	220	1.234	(1.014)	-	220

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o ativo diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014			30.09.2014				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos com Intangíveis em Elaboração	12.308	2.495	-	-	14.803	14.803	-	-	14.803
Total	12.308	2.495	-	-	14.803	14.803	-	-	14.803

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo intangível

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Distribuição dos Depósitos e Captações no Mercado por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2014	Total em 31.12.2013
Depósitos a Vista	227.640	9.237	-	-	-	-	236.877	252.994
Depósitos a Vista	227.640	-	-	-	-	-	227.640	235.298
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	9.237	-	-	-	-	9.237	17.696
Depósitos de Poupança	1.794.956	-	-	-	-	-	1.794.956	1.872.563
Depósitos Interfinanceiros	358.877	695.045	178.604	60.077	-	-	1.292.603	877.366
Depósitos a Prazo	1.207.567	1.516.961	3.355.915	779.799	1.131.839	141.705	8.133.786	7.988.523
Depósitos a Prazo	328.464	1.452.669	2.871.671	604.283	957.425	133.905	6.348.417	6.182.870
Depósitos Judiciais com Remuneração	855.250	-	-	-	-	-	855.250	777.003
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	362.907	59.605	59.606	-	482.118	507.747
FAT- Recursos Disponíveis	4.219	5.249	9.905	9.442	9.305	704	38.824	49.775
FAT- Recursos Aplicados	19.197	59.043	111.432	106.215	105.503	7.096	408.486	470.465
Outros	437	-	-	254	-	-	691	663
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	359	84.001	751.171	773.701	-	-	1.609.232	1.487.266
Eurobonds	-	27.130	751.171	773.701	-	-	1.552.002	1.477.645
LCA - Letras de Crédito Agrário	359	56.871	-	-	-	-	57.230	9.621
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	60.736	-	-	-	1.249.016	1.309.752	1.272.581
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.565.174	1.565.174	1.455.982
Total	3.589.399	2.365.980	4.285.690	1.613.577	1.131.839	2.955.895	15.942.380	15.207.275
Saldo de Curto Prazo							5.955.379	6.008.736
Saldo de Longo Prazo							9.987.001	9.198.539

b) Depósitos

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Depósitos a Vista	236.877	252.994
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	9.237	17.696
Depósitos de Governos	28.256	15.062
Depósitos Vinculados	137.567	143.942
Pessoas Jurídicas	45.181	59.181
Pessoas Físicas	15.765	15.631
Outros Valores	871	1.482
Depósitos de Poupança	1.794.956	1.872.563
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.204.723	1.172.247
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	589.639	699.694
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	594	622
Depósitos Interfinanceiros	1.292.603	877.366
Depósitos a Prazo	8.133.786	7.988.523
Depósitos a Prazo	6.348.417	6.182.870
Depósitos Judiciais com Remuneração	855.250	777.003
Outros Depósitos a Prazo	930.119	1.028.650
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)	447.310	520.240
Recursos Disponíveis (Nota 26)	38.824	49.775
Proger Urbano	5.297	4.217
Protrabalho	491	1.208
Infraestrutura	29.123	29.018
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	3.913	15.332
Recursos Aplicados (Nota 26)	408.486	470.465
Proger Urbano	29.960	37.464
Protrabalho	95.743	110.088
Infraestrutura	146.002	174.821
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	136.781	148.092
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	482.118	507.747
Outros Valores	691	663
Total	11.458.222	10.991.446
Saldo de Curto Prazo	5.810.283	5.910.777
Saldo de Longo Prazo	5.647.939	5.080.669

Notas Explicativas

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Carteira Própria	1.460.909	1.124.278
Letras Financeiras do Tesouro	1.460.909	1.124.278
Carteira de Terceiros	144.057	53.317
Notas do Tesouro Nacional	144.057	53.317
Total	1.604.966	1.177.595
Saldo de Curto Prazo	1.474.334	1.127.212
Saldo de Longo Prazo	130.632	50.383

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.09.2014	01.01. a 30.09.2013
Despesas de Captações com Depósitos	(860.698)	(698.145)
Depósitos a Prazo	(438.217)	(328.087)
Depósitos de Poupança	(66.674)	(51.337)
Depósitos Judiciais	(52.867)	(37.440)
Depósitos Interfinanceiros	(28.107)	(17.781)
Depósitos Especiais	(54.812)	(54.477)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(211.277)	(200.519)
Outros Depósitos	(8.744)	(8.504)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(103.108)	(56.579)
Carteira de Terceiros	(15.576)	(5.347)
Carteira Própria	(87.532)	(51.232)
Total	(963.806)	(754.724)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2014	Total em 31.12.2013
Empréstimos no País	-	-	-	-	-	-	-	19.416
Empréstimos no Exterior	315.635	548.889	-	-	-	-	864.524	757.860
Repasses do País	46.274	102.557	302.384	341.263	656.912	206.638	1.656.028	1.706.841
Repasses do Exterior	38.999	68.465	207.733	207.734	296.042	-	818.973	846.530
Total	400.908	719.911	510.117	548.997	952.954	206.638	3.339.525	3.330.647
Saldo de Curto Prazo							1.120.819	1.035.231
Saldo de Longo Prazo							2.218.706	2.295.416

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2014	31.12.2013
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	-	19.416
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	864.524	757.860
Total		864.524	777.276
Saldo de Curto Prazo		864.524	777.276
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2014	31.12.2013
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	651	698
BNDES		1.485.273	1.528.337
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.145.739	1.173.699
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	339.534	354.638
Finame		170.104	177.806
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	151.430	159.659
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	18.674	18.147
Total (Nota 28.a.1)		1.656.028	1.706.841
Saldo de Curto Prazo		148.831	156.842
Saldo de Longo Prazo		1.507.197	1.549.999

Notas Explicativas

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2014	31.12.2013
BID-Prodetur I	USD + 3,04	393.658	407.281
BID-Prodetur II	USD + 1,12	418.766	432.274
BID-Outros Programas	USD + 1,12	6.549	6.975
Total		818.973	846.530
Saldo de Curto Prazo		107.464	101.113
Saldo de Longo Prazo		711.509	745.417

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2014	01.01. a 30.09.2013
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(961)	(2.061)
Obrigações por Empréstimos no País	(961)	(2.061)
Despesas de Obrigações por Repasses	(179.892)	(190.306)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(84.081)	(79.014)
Tesouro Nacional	(18)	(50)
BNDES	(79.903)	(74.532)
Finame	(4.160)	(4.432)
Despesas de Repasses do Exterior	(95.811)	(111.292)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(87.864)	(84.166)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(628.228)	(381.272)
Total	(896.945)	(657.805)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2014 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.09.2014 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2013 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	747.316	763.187	731.640
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	750.414	788.815	746.005
Total				600.000	1.497.730	1.552.002	1.477.645
Saldo de Curto Prazo						27.130	9.867
Saldo de Longo Prazo						1.524.872	1.467.778

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.09.2014	31.12.2013
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	88,60 CDI	56.095	57.230	9.621
Saldo de Curto Prazo			57.230	9.621
Saldo de Longo Prazo			-	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 364 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	31.614	1.798
Recebimentos de Tributos Federais	28.720	-
IOF a Recolher	2.215	1.696
Outros Tributos e Assemelhados	679	102
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	7.082	10.830
c) Sociais e Estatutárias	36.846	61.835
Dividendos e Bonificações a Pagar	471	32.580
Participações nos Lucros	36.375	29.255
d) Fiscais e Previdenciárias	410.039	487.475
Provisão para Riscos Fiscais	126.390	118.073
Impostos e Contribuições (Nota 22.j.1.i)	88.970	84.925
Causas Fiscais (Nota 22.j.1.i e iii)	37.420	33.148
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	58.858	81.649
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	18.349	48.647
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	5.534	6.616
Decorrentes de Créditos Recuperados	34.975	26.386
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	167.285	222.767
Imposto de Renda ⁽¹⁾	102.919	135.847
Contribuição Social ⁽²⁾	64.366	86.920
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	57.506	64.986
e) Negociação e Intermediação de Valores	91	68
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.728.342	7.087.216
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 28.a.1)	8.954.538	6.915.797
Outros Valores	773.804	171.419
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.309.752	1.272.581
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	1.565.174	1.455.982
i) Diversas	3.515.235	3.404.326
Provisão para Passivos Contingentes	2.433.708	2.362.896
Causas Trabalhistas (Nota 22.j.iv)	216.325	198.291
Causas Cíveis (Nota 22.j.v)	118.094	105.499
Outras Causas (Nota 22.j.vi)	573	663
FNE (Nota 22.j.2.i)	2.044.666	2.022.091
Repasse	1.026	1.301
Risco Integral	114.151	100.972
Risco Compartilhado	1.929.489	1.919.818
FDNE (Nota 22.j.2.ii)	627	515
Proagro (Nota 22.j.2.iii)	2.419	2.152
Dividendos e JCP (Nota 22.j.2.iv)	24.601	-
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.j.2.v)	26.403	33.685
Provisão para Pagamentos a Efetuar	952.924	969.159
Benefício Pós-Emprego	621.259	800.661
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 28.a.2)	-	78.344
Plano de Assistência Médica (Nota 28.a.2)	621.259	722.317
Despesa de Pessoal	274.384	138.690
Outros Valores	57.281	29.808
Outros Valores	128.603	72.271
Total	16.604.175	13.782.111
Saldo de Curto Prazo	6.150.783	5.184.988
Saldo de Longo Prazo	10.453.392	8.597.123

⁽¹⁾ Em 31.12.2013, inclui o valor complementar de R\$ 1.945 (não há valores para 30.09.2014) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2009 a 2012.

⁽²⁾ Em 31.12.2013, inclui o valor complementar de R\$ 1.196 (não há valores para 30.09.2014) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2009 a 2012.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2014	31.12.2013
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a.	22.12.2010	1.309.752	1.272.581
Saldo de Curto Prazo				60.736	78.471
Saldo de Longo Prazo				1.249.016	1.194.110

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.565.174	1.455.982
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	867.023	709.475
Recursos aplicados ⁽²⁾	698.151	746.507
Total (Nota 28.a.1)	1.565.174	1.455.982

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Notas Explicativas

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.03.2014, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 407.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.437.000, para R\$ 2.844.000, representado por 86.371.464 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital está em processo de homologação pelo Banco Central. Na mesma Assembleia, foi aprovado o cancelamento de 630.437 ações ordinárias, sendo 10.232 ações que se encontravam em tesouraria e 620.205 ações oriundas de reembolso aos acionistas dissidentes do processo de conversão de ações preferenciais em ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.08.2013. O custo total de aquisição das 630.437 ações canceladas importou em R\$ 19.518. Ressalte-se que esse cancelamento de ações não proporcionou redução do valor do Capital Social, tendo em vista que para a aquisição foi utilizado parte do saldo de Reserva Estatutária, conforme previsto no Estatuto Social do Banco.

Composição em 30.09.2014		
Acionista	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.237.350	7,22%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%
Outros	2.020.781	2,35%
Total	86.371.464	100,00%

Composição em 31.12.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	45.146.025	29.123.190	74.269.215	93,11	85,37
Fundo Garantidor de Operações – FGO	-	6.250.000	6.250.000	-	7,18
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Financiadora de Estudos e Projetos – Finep	1.449.254	-	1.449.254	2,99	1,67
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-Capef	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	-	373.200	373.200	-	0,43
Outros	146.069	286.957	433.026	0,30	0,50
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 19.975 (R\$ 20.610 em 31.12.2013) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. Até o 3º trimestre houve transferência de reserva no valor de R\$ 635 (R\$ 2.294 em 31.12.2013) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Ações em Tesouraria

O Banco não possui ações em Tesouraria. As 10.232 ações, correspondentes a R\$ 384, que se encontravam em Tesouraria, em 31.12.2013, foram canceladas quando da realização da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28.03.2014.

d) Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas Dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido com os ajustes definidos na legislação societária.

Por conta dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do exercício de 2014, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 08.08.2014, aprovou o pagamento antecipado de Dividendos e JCP imputados ao valor do Dividendo, de 35,03% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre findo em 30.06.2014, tendo ocorrido o pagamento, no 3º trimestre de 2014, de R\$ 108.561, sendo R\$ 74.912 de JCP e R\$ 33.649 de Dividendos, que somado aos Dividendos e JCP complementares do exercício de 2013, aprovados pela AGO/E de 28.03.2014 e pagos no 1º semestre de 2014, no valor de R\$ 48.823, sendo R\$ 48.818 de JCP e R\$ 5 de Dividendos e ao pagamento de Dividendos e JCP de exercícios anteriores no importe de R\$ 82 totalizaram um pagamento de R\$ 157.466 no período de janeiro a setembro/2014.

O total dos JCP distribuídos sobre o lucro líquido apurado em 30.06.2014 proporcionou, na mesma posição, redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 29.533.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Tendo em vista o reconhecimento do benefício pós-emprego relativo ao seguro de vida em grupo mantido pelo Banco para seus funcionários e aposentados, na forma da Nota 3.1, foi registrado em “Lucros ou Prejuízos Acumulados” um ajuste devedor de R\$ 38.260, correspondente ao passivo atuarial apurado na posição de 31.12.2013. Referido ajuste não tem efeitos tributários.

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.09.2014	01.01. a 30.09.2013
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.368.827	1.181.183
Administração de Fundos de Investimentos	18.330	15.319
Administração de Fundos e Programas	1.129.314	992.744
Prestação de Serviços	221.183	173.120
b) Rendas de Tarifas Bancárias	26.214	23.524
c) Despesas de Pessoal	(1.110.370)	(910.801)
Proventos	(594.691)	(528.852)
Programa de Incentivo ao Desligamento	(101.551)	-
Encargos Sociais	(220.103)	(195.606)
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Plano BD e CV I (Nota 28.a.2)	(34.511)	(64.759)
Plano de Assistência Médica Camed Plano Natural (Nota 28.a.2)	(61.891)	(47.528)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(97.623)	(74.056)
d) Outras Despesas Administrativas	(660.390)	(593.448)
Processamento de Dados	(107.365)	(100.045)
Propaganda e Publicidade	(22.107)	(6.334)
Serviços de Terceiros	(269.603)	(244.340)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(36.797)	(31.624)
Viagens	(14.827)	(10.848)
Comunicações	(20.086)	(20.483)
Depreciação e Amortização	(27.889)	(26.166)
Manutenção e Conservação de Bens	(27.862)	(31.458)
Vigilância, Segurança e Transporte	(41.845)	(35.070)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(6.391)	(9.985)
Serviços do Sistema Financeiro	(18.547)	(14.951)
Serviços Técnicos Especializados	(27.849)	(24.132)
Seguros	(3.196)	(3.350)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocaticios	(17.218)	(17.144)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.625)	(1.715)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(3.329)	(3.057)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	(3.000)
Outros Valores	(13.854)	(9.746)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(176.284)	(163.188)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(159.417)	(149.888)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(15.107)	(12.053)
Outros Valores	(1.760)	(1.247)
f) Outras Receitas Operacionais	1.179.847	1.026.847
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	804.774	745.711
Variação Cambial de Empréstimos Obtidos	203.000	99.162
Reversão de Provisões Operacionais sobre riscos com operações do FNE	284	93
Recuperação de Encargos e Despesas	5.645	6.383
Reversão de Provisões Operacionais	26.652	14.834
Juros	1.780	2.729
Correção Monetária	2.014	857
Resultado da Marcação a Mercado	-	9.528
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	95.021	72.629
Outros Valores	40.677	74.921
g) Outras Despesas Operacionais	(733.990)	(819.925)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(645)	(1.766)
Variação Cambial de Empréstimos Concedidos	(109.753)	(67.929)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(6.108)	(47)
Descontos Concedidos em Renegociações	(1.010)	(3.030)
Encargos de Operações de Crédito	(2.297)	(8.158)
Riscos Fiscais	(10.716)	(5.250)
Riscos com Operações do FNE	(310.190)	(495.493)
Riscos com Operações do FDNE	(111)	(89)
Causas Trabalhistas	(21.732)	(20.011)
Causas Cíveis	(25.549)	(3.385)
Outras Causas	(56)	(400)
Outros Passivos Contingentes	(4.921)	(8.160)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(118.540)	(102.125)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(56.895)	(26.957)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(52.298)	(63.075)
Outros Valores	(13.169)	(14.050)
Total	(106.146)	(255.808)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada até o 3º trimestre de 2014 foi de R\$ 101.935 (R\$ 160.856 em 30.09.2013) e a de Contribuição Social foi de R\$ 63.775 (R\$ 99.891 em 30.09.2013).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	706.806	420.064	706.806	420.064
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(62.589)	(15.775)	(62.589)	(15.775)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(109.122)	(101.206)	(109.122)	(101.206)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	535.095	303.083	535.095	303.083
Adições/Exclusões Permanentes	119.404	(40.610)	119.352	(40.680)
Adições/Exclusões Temporárias	(225.344)	403.542	(225.344)	403.542
Resultado Tributável	429.155	666.015	429.103	665.945
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(107.271)	(166.486)	(64.365)	(99.892)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.352	5.611	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	984	717	590	430
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(101.935)	(160.158)	(63.775)	(99.462)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(9.148)	(13.723)	(5.489)	(8.233)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(111.083)	(173.879)	(69.264)	(107.695)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(21.760)	113.132	(13.059)	67.876
Total de IRPJ/CSLL	(132.843)	(60.748)	(82.323)	(39.819)
Alíquota Efetiva (%)	18,79	14,46	11,65	9,48
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	101.935	132.946	63.775	85.150
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	984	956	590	574
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	102.919	133.902	64.365	85.724
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte ⁽²⁾ (Nota 10.e)	(82.577)	(140.065)	(59.051)	(83.732)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	20.342	(6.163)	5.314	1.992

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido, acrescido de alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

⁽²⁾ Inclusive tributos retidos na fonte, nos seguintes valores em 30.09.2014 – IRPJ: R\$ 191 e CSLL: R\$ 40; valores em 31.12.2013 – IRPJ: R\$ 704 e CSLL: R\$ 60.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2014	31.12.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	645.463	387.292	596.574	357.958	1.032.755	954.532
Constituição	204.968	122.992	299.839	179.918	327.960	479.757
Realização/Reversão	(224.729)	(134.852)	(250.950)	(150.584)	(359.581)	(401.534)
Saldo Final (Nota 10.e)	625.702	375.432	645.463	387.292	1.001.134	1.032.755
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	13	7	1.402	841	20	2243
Constituição	2.089	1.253	6.762	4.057	3.342	10.819
Realização/Reversão	(2.102)	(1.260)	(8.151)	(4.891)	(3.362)	(13.042)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	13	7	-	20
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	15.554	9.333	23.063	13.838	24.887	36.901
Constituição	12.797	7.678	12.538	7.523	20.475	20.061
Realização/Reversão	(14.783)	(8.870)	(20.047)	(12.028)	(23.653)	(32.075)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	13.568	8.141	15.554	9.333	21.709	24.887
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	131.001	78.601	84.026	50.416	209.602	134.442
Constituição	320.659	192.395	174.582	104.749	513.054	279.331
Realização/Reversão	(323.700)	(194.220)	(127.607)	(76.564)	(517.920)	(204.171)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	127.960	76.776	131.001	78.601	204.736	209.602

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
1. Total das Diferenças Temporárias	4.298.771	4.544.276	4.298.771	4.544.276
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.074.693	1.136.069	644.816	681.641
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	625.702	645.463	375.432	387.292
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	141.528	146.568	84.917	87.941
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	767.230	792.031	460.349	475.233
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	307.463	344.038	184.467	206.408

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.09.2014, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
4º Trim/2014	2,64	171.934	167.512	103.161	100.507	275.095	268.019
2015	11,56	172.083	150.284	103.250	90.170	275.333	240.454
2016	10,80	67.922	53.536	40.753	32.121	108.675	85.657
2017	10,28	52.196	37.306	31.318	22.383	83.514	59.689
2018	9,76	77.552	50.500	46.552	30.315	124.104	80815
1º ao 3º Trim/2019	7,23	84.015	51.020	50.398	30.605	134.413	81.625
Total		625.702	510.158	375.432	306.101	1.001.134	816.259

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 30.09.2014.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IRPJ	Realização do Crédito de CSLL	Total
4º Trim/2014	9.203	5.522	14.725
2015	4.946	2.968	7.914
2016	1.987	1.192	3.179
2017	2.490	1.494	3.984
2018	16.809	10.086	26.895
2019	15.316	9.191	24.507
A partir de 2019	90.777	54.464	145.241
Total (Nota 10.e)	141.528	84.917	226.445

Notas Explicativas

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2014	31.12.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	5.399	3.237	14.165	8.497	8.636	22.662
Constituição	13.034	7.821	22.076	13.245	20.855	35.321
Realização/Reversão	(9.256)	(5.552)	(30.842)	(18.505)	(14.808)	(49.347)
Saldo Final (Nota 7.c)	9.177	5.506	5.399	3.237	14.683	8.636
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	4.134	2.482	5.090	3.056	6.616	8.146
Constituição	228	135	-	-	363	-
Realização/Reversão	(903)	(542)	(956)	(574)	(1.445)	(1.530)
Saldo Final	3.459	2.075	4.134	2.482	5.534	6.616
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	16.491	9.895	-	-	26.386	-
Constituição	5.874	3.525	16.491	9.895	9.399	26.386
Realização/Reversão	(505)	(305)	-	-	(810)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	21.860	13.115	16.491	9.895	34.975	26.386
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	25.005	15.006	123.082	73.851	40.011	196.933
Constituição	60.761	36.457	337.651	202.591	97.218	540.242
Realização/Reversão	(83.475)	(50.088)	(435.728)	(261.436)	(133.563)	(647.164)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	2.291	1.375	25.005	15.006	3.666	40.011

(1) Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos pelo valor presente serão baixadas de acordo com cronograma abaixo.

Período	IRPJ	CSLL	Total
2015	3.774	2.265	6.039
2016	119	71	190
2017	85	51	136
2018	505	302	807
2019	6.985	4.192	11.177
Total	11.468	6.881	18.349

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
4º Trim/2014	242	145	387
2015	968	581	1.549
2016	968	581	1.549
2017	968	581	1.549
2018	313	187	500
Total	3.459	2.075	5.534

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
4º Trim/2014	4.712	2.827	7.539
2015	2.724	1.634	4.358
2016	2.301	1.380	3.681
2017	1.919	1.151	3.070
2018	1.151	691	1.842
2019	543	326	869
A partir de 2019	8.510	5.106	13.616
Total	21.860	13.115	34.975

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(159.417)	(149.888)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(15.107)	(12.053)
Outros Valores	(1.760)	(1.247)
Total (Nota 20)	(176.284)	(163.188)

Notas Explicativas

e) Lei nº 12.973, de 13.05.2014

Em 13 de maio de 2014, foi convertida na Lei nº 12.973, a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. Com base no texto vigente estimamos que a referida Lei não acarrete efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Financeiras do Banco.

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN, e Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes é efetuada caso a caso, considerando os seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas do Banco para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) O Banco constitui provisão integral para as ações classificadas como risco de perda provável que estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) Constitui, também, provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado. Para as demandas enquadradas com risco de perda possível ou remota, não são constituídas provisões, na forma do CPC nº 25, conforme quadro comparativo das posições de 30.09.2014 e 31.12.2013, a seguir demonstrado:

Especificação	30.09.2014		31.12.2013	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1)Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	88.970	88.970	84.925	84.925
a.2) Causas Fiscais	1.308.731	37.420	1.167.404	33.148
i) Obrigação Legal (Nota 22 j.1.ii)	273	273	281	281
ii) Outras Obrigações-Diversas (Nota 22 j.1.iii)	1.308.458	37.147	1.167.123	32.867
Provável	37.147	37.147	32.867	32.867
Possível	1.008.703	-	894.405	-
Remota ⁽¹⁾	262.608	-	239.851	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES				
b.1) Causas Trabalhistas	392.687	216.325	346.068	198.291
Provável (Nota 16.i)	216.325	216.325	198.291	198.291
Possível	87.944	-	71.541	-
Remota	88.418	-	76.236	-
b.2) Causas Cíveis	3.452.168	118.094	3.343.767	105.499
Provável (Nota 16.i)	118.094	118.094	105.499	105.499
Possível	706.465	-	627.358	-
Remota ⁽²⁾	2.627.609	-	2.610.910	-
b.3) Outras Causas	2.791	573	2.208	663
Provável (Nota 16.i)	573	573	663	663
Possível	1.924	-	1.543	-
Remota	294	-	2	-

⁽¹⁾ O montante dos passivos contingentes relacionados às causas fiscais classificadas como risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – R\$ 116.228 (R\$ 107.596 em 31.12.2013); b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e

Notas Explicativas

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - R\$ 79.474 (R\$ 73.602 em 31.12.2013); c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – R\$ 24.949 (R\$ 23.293 em 31.12.2013). Somados os referidos processos apresentaram saldo de passivo contingente na ordem de R\$ 220.651 (R\$ 204.492 em 31.12.2013).

⁽²⁾ O montante dos passivos contingentes relacionados às causas cíveis classificada como risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra referente a benefício de previdência complementar – Capef – R\$ 950.007, (R\$ 828.765 em 31.12.2013); b) indenização por danos morais e materiais –R\$ 253.741 (R\$ 221.358 em 31.12.2013); c) pagamento de multa e indenização por danos morais – R\$ 205.182 (R\$ 178.996 em 31.12.2013); e d) indenização por danos morais e materiais – R\$119.408 (R\$ 118.504 em 31.12.2013). Somados os referidos processos apresentaram saldo de passivo contingente na ordem de R\$ 1.528.338 (R\$ 1.347.623 em 31.12.2013).

- e) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação de perda é realizada, pela Superintendência Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- f) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.i têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- g) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2014, R\$ 495.162. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 438.790 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 30.09.2014, perfazem respectivamente, R\$ 244.164 e R\$ 165.586. Na posição de 31.12.2013, representavam, R\$ 216.367 e R\$ 146.734, respectivamente, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2014, R\$ 244.164. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 118.225, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa nulidade de cláusulas contratuais, bem como retirada do nome do autor dos cadastros dos órgãos. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2014, R\$ 54.980. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 47.963 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2014, R\$ 52.794. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 46.056 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.09.2014, R\$ 38.036. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 33.182 com nível de risco possível.

- h) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as provisões e passivos contingentes, estão assim representados:

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Demandas Trabalhistas	412.931	392.741
Demandas Fiscais	210.684	210.037
Demandas Cíveis	47.838	41.381
Total	671.453	644.159

- i) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 30.09.2014, registram-se os valores de: R\$ 8.210 (R\$ 16.141, em 31.12.2013), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 14.995 (R\$ 12.776, em 31.12.2013) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 3.198 (R\$ 4.767, em 31.12.2013) referente à provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

Notas Explicativas

j) Movimentação das Provisões

j.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	84.925	82.258
Constituição	4.877	6.178
Reversão/Utilização/Baixa	(832)	(3.511)
Saldo Final (Nota 16.d)	88.970	84.925
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	281	655
Constituição	33	56
Reversão/Utilização/Baixa	(41)	(430)
Saldo Final (Nota 22.d)	273	281
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	32.867	35.431
Constituição	4.417	4.272
Reversão/Utilização/Baixa	(137)	(6.836)
Saldo Final (Nota 22.d)	37.147	32.867
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	198.291	179.319
Constituição	24.965	34.861
Reversão/Utilização/Baixa	(6.931)	(15.889)
Saldo Final (Nota 16.i)	216.325	198.291
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	105.499	106.080
Constituição	34.985	36.040
Reversão/Utilização/Baixa	(22.390)	(36.621)
Saldo Final (Nota 16.i)	118.094	105.499
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	663	258
Constituição	69	470
Reversão/Utilização/Baixa	(159)	(65)
Saldo Final (Nota 16.i)	573	663

j.2) Demais Provisões

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
i) FNE		
Saldo Inicial	2.022.091	1.820.070
Constituição	749.509	560.930
Reversão/Utilização/Baixa	(726.934)	(358.909)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.044.666	2.022.091
ii) FDNE		
Saldo Inicial	515	420
Constituição	112	103
Reversão/Utilização/Baixa	-	(8)
Saldo Final (Nota 16.i)	627	515
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.152	3.388
Constituição	453	185
Reversão/Utilização/Baixa	(186)	(1.421)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.419	2.152
iv) Dividendos e JCP		
Saldo Inicial	-	-
Constituição	24.601	-
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.i)	24.601	-
v) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	33.685	36.195
Constituição	4.999	11.696
Reversão/Utilização/Baixa	(12.281)	(14.206)
Saldo Final (Nota 16.i)	26.403	33.685

Notas Explicativas

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.09.2014	30.09.2013
Máxima	30.744,54	28.467,55
Mínima	1.148,97	1.040,44
Média	7.844,14	7.657,41

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração até o 3º Trimestre da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Especificação	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	556.304,33	474.975,05	36.221,55	33.183,88	36.221,55	33.183,88
Menor remuneração individual ⁽³⁾	443.376,61	395.635,33	36.221,55	33.183,88	36.221,55	33.183,88
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	511.981,69	450.437,07	35.201,81	32.735,74	36.029,29	32.517,32
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	5	6

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 61ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 95ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 28.03.2014.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.09.2014, o número de funcionários do Banco totalizava 6.937 (6.479 em 31.12.2013), registrando-se um acréscimo de 7,07% no quadro de pessoal.

NOTA 24– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caepf, Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Caepf, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente ponderada ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, em média, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade contribuição definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade benefício definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

Os planos BD, CV I e Natural estão expostos, principalmente, aos riscos de investimento, taxa de juros, longevidade e despesas administrativas. Os planos CV I e Natural ainda estão expostos ao risco de evolução salarial e os planos BD e Natural à opção pelo benefício no que tange à postergação de entrada em aposentadoria do participante.

Notas Explicativas

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.09.2014, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2013, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém para seus empregados e aposentados seguro de vida em grupo para cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença.

O seguro de vida em grupo está exposto, principalmente, aos riscos de taxa de juros e de longevidade.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 52.134.241 (R\$ 47.642.592 em 31.12.2013) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 8.947.417 (R\$ 6.908.697 em 31.12.2013), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 611.201 (R\$ 370.176 em 30.09.2013).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
 - c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

Notas Explicativas

c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2014	Provisão em 31.12.2013
AA	6.970.792	-	-
A	12.950.399	32.508	29.781
B	8.801.365	44.304	47.060
C	763.397	11.314	13.469
D	886.227	44.297	35.478
E	601.199	90.809	80.081
F	401.717	100.855	52.022
G	268.272	94.622	114.631
H	3.197.676	1.625.957	1.649.569
Total	34.841.044	2.044.666	2.022.091

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 800.605 (R\$ 742.328 em 30.09.2013).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 913.982 (R\$ 830.290 em 30.09.2013).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.09.2014	31.12.2013
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	-	441
Proger-Urbano Investimento	017/2006	16.553	21.671
FAT - Infraestrutura	018/2006	227.472	245.254
Pronaf - Custeio	001/2007	-	3
Proger-Rural - Investimento	002/2007	-	129
Protrabalho Investimento	004/2007	169.107	163.923
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	163.683	172.798
Total		576.815	604.219

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 447.310 (R\$ 520.240 em 31.12.2013) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 38.824 (R\$ 49.775 em 31.12.2013).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	6.233	61	-	-	-
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	24.569	546	5.297	29.960	35.257
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	46.617	2.707	29.123	146.002	175.125
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	25.692	77	491	95.743	96.234
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	37.695	1.957	3.913	136.781	140.694
Total (Nota 13.b)			140.806	5.348	38.824	408.486	447.310

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2013		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	7.463	137	-	-	-
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	28.256	572	4.218	37.464	41.682
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	57.419	2.554	29.017	174.821	203.838
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	-	-	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	-	-	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	29.709	81	1.208	110.088	111.296
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	43.775	1.647	15.332	148.092	163.424
Total (Nota 13.b)			166.622	4.991	49.775	470.465	520.240

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de gestão de risco e controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco define metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2014 a 2016, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 20.12.2013. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na

Notas Explicativas

renegociação e aos custos de recuperação. A distribuição das exposições a risco de crédito do Banco, exposições assim classificadas de acordo com a definição constante na circular nº 3.644, de 04.03.2013, do Bacen é demonstrada no quadro a seguir:

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.09.2014	31.12.2013
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	32.230.132	30.618.909
Público	1.361.499	1.422.455
Privado	30.868.633	29.196.454
Comércio	3.674.434	3.399.551
Comércio Exterior	862.276	743.824
Habitação	242	242
Indústria	9.147.457	8.445.949
Infraestrutura	3.290.901	3.563.125
Intermediários Financeiros	270	84.113
Microfinança Urbana	2.393.361	2.184.415
Pessoas Físicas	210.932	224.311
Rural	6.749.805	6.494.519
Outros Serviços	4.538.955	4.056.405
Operações de Mercado	25.885.094	22.078.166
Títulos Públicos Federais	22.100.812	18.489.953
Operações Compromissadas	12.294.635	9.912.872
Outras	9.806.177	8.577.081
Depósitos Interfinanceiros	74.217	83.709
Outros Títulos e Valores Mobiliários	2.190.413	1.929.804
Outras Operações	1.519.652	1.574.700
Demais Ativos	3.337.859	3.257.853
Total	61.453.085	55.954.928

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco de crédito, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas, sistemas e metodologias para concessão, administração e recuperação de crédito, sistema de classificação de risco, indicadores de desempenho por macro setores, por carteiras e por fonte de recursos, que buscam identificar, no portfólio de produtos e clientes os principais fatores de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado, ressalvados os casos de deferimento automático do Limite de Risco Global (LRG) pela metodologia de escoragem automática. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Crédito, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.844.734 (R\$ 4.717.354 em 31.12.2013). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.879.016 (R\$ 3.714.495 em 31.12.2013). As garantias reais são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 (noventa) dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

Especificação		30.09.2014 (%)	31.12.2013 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	384,06	314,25
	Média dos últimos 12 meses	342,96	349,68
	Máximo dos últimos 12 meses	411,55	404,61
	Mínimo dos últimos 12 meses	273,40	287,74

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 (cinco) anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 (cinco) anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	30.09.2014				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	219.575	139.948	708.213	317.134	-
Depósitos a Prazo	180.214	147.233	1.596.761	4.444.979	3.832.425
Operações Compromissadas	1.475.266	-	-	182.629	-
Letras do Agronegócio (LCA)	239	124	61.484	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.565.174
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	82.079	328.316	3.875.547
Total	1.875.294	287.305	2.448.537	5.273.058	9.273.146
Recursos Disponíveis (Nota 5)	9.236.300				

Especificação	31.12.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	91.230	368.450	321.107	141.923	-
Depósitos a Prazo	25.011	781.923	1.457.064	3.666.526	4.467.958
Operações Compromissadas	1.128.001	-	-	77.203	-
Letras do Agronegócio (LCA)	3.614	1.523	4.657	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.455.982
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	78.471	-	-	313.884	3.783.649
Total	1.326.327	1.151.896	1.782.828	4.199.536	9.707.589
Recursos Disponíveis (Nota 5)	7.709.183				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponível aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.816.649	7.799.774	(16.876)	7.783.332	(33.318)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	45.148	43.461	(1.687)	41.785	(3.363)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(299)	(301)	(2)	(302)	(3)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	872.432	816.303	(56.128)	765.938	(106.493)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(200.421)	(219.041)	(18.620)	(240.486)	(40.065)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	586.586	524.193	(62.393)	470.513	(116.073)
Cupom de TR	Redução do cupom	(1.901.049)	(1.927.637)	(26.588)	(1.947.656)	(46.607)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.099.838	3.978.692	(121.146)	3.873.418	(226.421)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.540.417	1.506.762	1.475.081
		Passivo em ME	(1.570.556)	(1.542.853)	(1.516.673)
		Exposição Líquida	(30.139)	(36.091)	(41.592)

Na data-base de 30.09.2014, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Notas Explicativas

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

A gestão do risco operacional visa assegurar o cumprimento da política corporativa, que deve estar alinhada com o planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos de acordo com Arquitetura Organizacional vigente, que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

A gestão de risco operacional no Banco é realizada por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos– identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 96.566 (R\$ 89.995 em 31.12.2013 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2014	31.12.2013	Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Disponibilidades	2.282	2.787	Depósitos	9.237	17.696
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	28.718	46.764	Relações Interdependências	6.450	5.399
Operações de Crédito	758.208	804.445	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	72.285	73.237
Outros Créditos	895.166	768.343	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.370.975	2.324.175
			Outras Obrigações	870.172	767.864
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.684.374	1.622.339	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.329.119	3.188.371
Operações de <i>Swap</i>	1.548.179	1.476.037	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.232.553	3.098.376	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.329.119	3.188.371

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março de 2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro de 2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

Notas Explicativas

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- ii. 5,5% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- iii. 8% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos de captação capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 30.09.2014, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 16,24% (15,76% em 31.12.2013) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 9,58% (8,94% em 31.12.2013). O PR apurado foi de R\$ 5.846.854 (R\$ 5.524.588 em 31.12.2013), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 3.372.898 (R\$ 3.039.352 em 31.12.2013), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 35.207.388 (R\$ 34.015.667 em 31.12.2013).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Patrimônio de Referência (PR)	5.846.854	5.524.588
· Nível I	3.372.898	3.039.352
· Capital Principal	3.372.898	3.039.352
· Nível II	2.473.956	2.485.236
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	35.207.388	34.015.667
· Parcela RWACPAD	29.483.029	28.947.518
· Parcela RWACAM	223.844	-
· Parcela RWAJUR	70.391	55.036
· Parcela RWACOM	3.036	2.900
· Parcela RWAOPAD	5.427.088	5.010.213
Valor do RBAN	801.321	1.047.966
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.974.041	1.782.865
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 11%)}	1.885.896	1.667.588
Índices de Basileia:		
· Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,58%	8,94%
· Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	9,58%	8,94%
· Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	16,61%	16,24%
· Índice de Basileia incluindo RBAN	16,24%	15,76%

Onde:

- RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos a variação cambial.
- RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.846.854	5.524.588
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	3.372.898	3.039.352
Capital Principal	3.372.898	3.039.352
Capital Social	2.844.000	2.437.000
Reservas de Lucros	374.592	590.649
Reservas de Capital e de Reavaliação	19.975	20.610
Contas de Resultado Credoras	2.322.918	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.254.044)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	130.585	(8.045)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	(384)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(38.012)	-
Ajustes Prudenciais	(27.116)	(478)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(1.361)	-
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(220)	(478)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(25.535)	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.473.956	2.485.236
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.527.088	2.538.135
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(53.132)	(52.899)

Notas Explicativas

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192 do CMN, de acordo com o §2º do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados no artigo 28 da referida Resolução.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, celebrado entre a União Federal e o Banco do Nordeste, a autorização para a continuidade da sua inclusão no Patrimônio de Referência (PR), desta feita na condição de Capital Principal, será requerida ao Banco Central após a assinatura de aditivo, cujas bases já foram negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, o referido instrumento está sujeito à aplicação dos limites definidos pela Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN no seu Art. 28.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.846.854	5.524.588
Limite para Imobilização	2.923.427	2.762.294
(-) Situação	221.813	208.915
Margem	2.701.614	2.553.379
Índice de imobilização	3,79%	3,78%

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	390.597	384.355
Total	390.597	384.355

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	447.310	520.240
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.656.028	1.706.841
Tesouro Nacional	651	698
BNDES	1.485.273	1.528.337
Finame	170.104	177.806
Outras Obrigações	11.829.464	9.644.360
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	8.954.538	6.915.797
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.309.752	1.272.581
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.565.174	1.455.982
Total	13.932.802	11.871.441

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Passivos	621.259	800.661
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano BD (Nota 16.i)	-	78.344
Benefícios Pós-Emprego Camed Plano Natural (Nota 16.i)	621.259	722.317
Total	621.259	800.661

Notas Explicativas

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2013
Benefícios de Curto Prazo	3.701	3.357
Honorários	2.671	2.633
Diretoria	2.279	2.259
Conselho de Administração	200	186
Conselho Fiscal	192	188
Outros	223	194
Participação no Lucro	807	530
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.701	3.357
Benefícios Pós-Emprego	218	169
Total	3.919	3.526

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em conformidade com a proibição estabelecida pelo Banco Central às instituições financeiras.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.07 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2014	01.07 a 30.09.2013	01.01 a 30.09.2013
Lucro Líquido	103.039	429.051	103.695	303.723
Outros Resultados Abrangentes	179.005	139.265	(32.197)	(270.689)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(2.320)	(78.697)	(138.931)	(475.336)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	928	31.479	55.572	190.134
Realização da Reserva de Reavaliação	968	1.716	956	2.868
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	105	(1.081)	(382)	(1.147)
Ganhos ou Perdas Atuariais	179.324	185.848	50.588	12.792
Resultado Abrangente	282.044	568.316	71.498	33.034

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2014	31.12.2013
Créditos Abertos para Importação	120.266	54.614
Créditos Exportação Confirmados	58.500	-
Beneficiários de Garantias Prestadas	17.749.680	16.974.159
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	10.000	20.450
- FNE	17.633.786	16.869.908
- Outras Entidades	105.894	83.801
Coobrigações em Cessões de Crédito	25.856	22.660

b) Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

O Conselho de Administração do Banco aprovou o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), com período de adesão de 24.02.2014 a 31.03.2014. Ao final do prazo, 541 funcionários aderiram ao programa, totalizando uma despesa com provisão de R\$ 101.541.

Fortaleza, 28 outubro de 2014.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de novembro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8